

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Técnicos contrariam Bolsonaro na ‘taxa do sol’	2
Título: Mesmo aliado dos EUA, Brasil manterá comércio com o Irã, diz Bolsonaro	4
Título: Engie avalia compra da hidrelétrica Foz do Areia, da Copel.....	5
Título: Curtas	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Muda governo, mas é sempre a mesma ideia de compensação	8
Título: ‘Eu demito quem falar em taxa de energia solar’	9
Título: Brasil preparado para a alta do preço do petróleo.....	10
Título: ‘Estatais perderam o medo de ir à Bolsa’	11
Título: O petróleo e o PIB	13
Título: Estados descartam plano de Bolsonaro de cortar ICMS sobre os combustíveis	15
Título: Armas iranianas foram aprimoradas	17
Título: Brasil abre estação antártica na terça	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Presidente diz que acertou com Aneel manutenção de benefício à energia solar ..	21
Título: Não existe ‘taxa do sol’, é subsídio escondido na conta	24
Título: O reino da treva quis taxar o Sol.....	25
Título: Bolsonaro favorece grande empresa ao defender subsídio	26
Título: Governo do improviso	29
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Bolsonaro pressiona, e Aneel deve desistir de taxar energia solar	30
Título: Projeto de lei estende taxa zero por até três anos para novo consumidor	33

Título: Já se sabe que é um erro subsidiar combustíveis	34
Título: Os combustíveis e suas verdades	36
Título: Presidente defende cobrança de ICMS na refinaria	37
Título: 'Se pudesse privatizar hoje, privatizaria' diz Bolsonaro sobre Correios	38
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	39
Título: "Taxa do sol": demissão sumária	39

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Técnicos contrariam Bolsonaro na 'taxa do sol'

Menos de uma semana antes da ofensiva deflagrada pelo presidente Jair Bolsonaro contra o que ele chama de "taxa do sol", a equipe econômica entregou um documento à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) defendendo que o atual sistema de compensação fomenta "subsídio cruzado" nas contas de luz e prejudica consumidores sem painéis fotovoltaicos em suas casas.

Em nota técnica conjunta, dois órgãos do Ministério da Economia - a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) e a Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria (Secap) - preveem que os incentivos podem custar R\$ 34 bilhões de 2020 a 2035 e classificam como "regressivo" o sistema que está em vigência.

"O atual sistema de compensação fomenta um subsídio cruzado daqueles que não têm painéis solares instalados para aqueles que possuem sistemas fotovoltaicos", afirmam as secretarias, em documento encaminhado à Aneel em 30 de dezembro. "Considerando que a instalação de equipamentos de GD, em função do elevado investimento inicial, restringe-se ao grupo de consumidores com maior nível de riqueza ou renda, o incentivo é regressivo, distribuindo

renda dos consumidores com menor poder aquisitivo para consumidores com mais poder aquisitivo.”

Nesta semana, Bolsonaro afirmou que “ninguém mais conversa” sobre o assunto e prometeu demitir quem desobedecê-lo: “Não me interessam pareceres de secretários ou de quem for. A intenção do governo é não taxar”.

Há apenas cinco anos, segundo o Ministério da Economia, a Aneel imaginava que a geração distribuída atingiria cerca de 500 megawatts (MW) de capacidade instalada em 2019, no “cenário mais otimista”. No entanto, em parte devido à queda de 75% no preço dos painéis solares, terminou o ano passado com pouco mais de 2 mil MW. É o que se esperava alcançar apenas em 2021.

Se nada for feito, sustenta a nota, as regras atuais vão gerar um custo aos consumidores brasileiros de R\$ 34 bilhões entre 2020 e 2035. “Valor que poderia ser alocado para outros fins, tais como a construção de mais de 9 mil creches ou para a aquisição de 180 mil ambulâncias”, afirma a nota.

Essa estimativa provém do fato de que, a cada novo mini ou microgerador de energia por meio de painéis fotovoltaicos, é um consumidor a menos para participar do rateio da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) - fiação, postes, subestações. Quanto menos gente paga, mais paga quem fica no sistema.

O Ministério da Economia manifesta apoio à alternativa - uma das cinco estudadas pela Aneel - em que nada muda, até 2030, para quem já tem seus painéis instalados. Mas, para quem instala a partir da mudança, os benefícios valem apenas até que se atinja a potência instalada de 4,7 mil MW.

A expectativa é que os investimentos em painéis solares continuem valendo em pena. Só que o retorno, a amortização de tudo o que foi investido demoraria um pouco a mais. Na visão da equipe econômica, o mais produtivo é contratar energia fotovoltaica de forma centralizada, ou seja, por meio dos leilões de energia em que as distribuidoras se organizam em “pool” e compram dos fornecedores mais baratos.

De 2015 a 2019, nos leilões do mercado regulado, a fonte solar teve uma queda de R\$ 363 para R\$ 85 por megawatt-hora negociado. Por isso, uma sugestão da equipe econômica é que se amplie a oferta de energia fotovoltaica por meio de fazendas solares centralizadas, sem subsídios.

Além disso, as secretarias apontam suposta incompatibilidade entre a ampliação do mercado livre e a geração distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/01/2020****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch — De Brasília****Título: Mesmo aliado dos EUA, Brasil manterá comércio com o Irã, diz Bolsonaro**

Ao mesmo tempo em que se mantém alinhado aos Estados Unidos no conflito com o Irã, o presidente Jair Bolsonaro espera que as relações comerciais do Brasil com o país não sejam afetadas. O Irã é o segundo maior importador de milho brasileiro e um dos principais compradores de soja e carne bovina.

“Temos comércio com o Irã e vamos continuar com este comércio”, disse Bolsonaro, ontem, em entrevista na porta do Palácio do Alvorada, em Brasília.

O presidente aguarda o retorno do ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que está em férias, para avaliar as relações diplomáticas. Questionado sobre a convocação da encarregada de Negócios do Brasil em Teerã, Maria Cristina Lopes, pela chancelaria iraniana, Bolsonaro disse que “é um direito deles” e reiterou seu posicionamento: “Repudiamos terrorismo em qualquer lugar do mundo e ponto final”.

O presidente também minimizou o impacto de sua aproximação com os Estados Unidos para o futuro da relação com o governo iraniano. “O Irã tomou alguma medida contra nós? Eu acho que não.”

Na semana passada, após o presidente Donald Trump autorizar o ataque que terminou com a morte do líder militar iraniano Qassem Soleimani, o Itamaraty divulgou uma nota em que se colocava a favor da “luta contra o flagelo do terrorismo”.

Além das relações comerciais diretas, o Planalto monitora os efeitos do conflito no mercado mundial de petróleo. Por outro lado, Bolsonaro tem destacado em suas manifestações a necessidade de discutir medidas internas que possam reduzir o preço final dos combustíveis, como a redução de impostos e custos de transporte.

Uma das alternativas defendidas ontem pelo presidente é mudar a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos Estados, utilizando como base o valor praticado nas refinarias.

“O ICMS não incide sobre o preço da refinaria, mas em cima do preço médio na bomba. Daí aquele [empresário] que está praticando o preço um pouco abaixo se vê prejudicado e aumenta”, argumentou.

Bolsonaro reconhece, no entanto, que a diminuição de arrecadação não seria bem recebida pelos governadores sem medidas compensatórias.

“Alguns, ou grande parte, sempre veem o momento de arranjar mais recursos com essa estratégia, de cobrar em cima do preço médio da bomba. E quem paga o pato sou eu”, reclamou.

A redução do custo de transporte do etanol, segundo o presidente, é outra iniciativa que poderia impactar no preço dos combustíveis. Bolsonaro defendeu a aprovação pelo Congresso de um texto que autorize o frete sem intermédio de distribuidoras.

Questionado por jornalistas, Bolsonaro também comentou o andamento de privatizações em seu governo. Usando como exemplo os Correios, disse que tem “dificuldades” de viabilizar o processo.

“Se pudesse privatizar hoje, a gente privatizaria. Mas eu não posso prejudicar o servidor dos Correios”, argumentou.

O presidente não respondeu se conseguirá viabilizar a privatização da estatal federal até o fim de seu governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Engie avalia compra da hidrelétrica Foz do Areia, da Copel

A Engie Brasil Energia (EBE, antiga Tractebel Energia), empresa brasileira controlada pelo grupo francês Engie, estuda a oportunidade de adquirir o controle da hidrelétrica Foz do Areia, da Copel, no Paraná. Maior usina do parque gerador da estatal paranaense, Foz do Areia possui 1.676 megawatts (MW) de capacidade instalada e está situada no rio Iguaçu, na altura do município de Pinhão.

O interesse da EBE se deve a um mecanismo criado por decreto publicado pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro do ano passado. Com a medida, empreendimentos como Foz do Areia poderão ter a concessão renovada por mais 30 anos, desde que o projeto tenha o controle privatizado. A atual concessionária pode continuar sendo dona da usina, desde que com participação minoritária. A concessão de Foz do Areia se encerra em 2023.

“Foz do Areia tem essa possibilidade de antecipação [da renovação da concessão]. Vamos olhar. Temos todo o interesse”, afirmou o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini, ao **Valor**. “Ao invés de ela [Copel] deixar a concessão expirar, existe um mecanismo legal para ela privatizar, vender 51% e, com isso, ter a extensão da concessão por 30 anos. Para ela é uma estratégia muito inteligente”.

O executivo diz ser interessante formar uma possível parceria com a Copel para administrar a hidrelétrica, ficando com 51%. A elétrica paranaense ficaria com os outros 49%. “[A Copel] é uma empresa com uma gestão muito boa. É uma empresa séria. Temos uma interação muito positiva”, completou Sattamini.

Depois de protagonizar a maior operação de fusão e aquisição da América Latina em 2019, com a compra de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, em parceria com a controladora Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por US\$ 8,6 bilhões, a EBE encerrou o ano passado com a aquisição de um projeto de transmissão de energia de 1,8 mil km, entre o Pará e Tocantins, da indiana Sterlite, por R\$ 410 milhões. A obra está prevista para começar neste ano.

Em relatório sobre a aquisição, o Credit Suisse destacou que a concessão possui R\$ 313 milhões de receita anual permitida (RAP). O banco também indicou que o investimento necessário para a construção da linha pode elevar o nível de endividamento da EBE para três vezes a dívida líquida sobre o Ebitda. O Credit Suisse, no entanto, acrescentou não ver problema de pagamento de dividendos e de cumprimento de covenants pela EBE, após a aquisição.

Para 2020, além de avaliar a possibilidade de aquisição do controle de Foz do Areia, a EBE continua estudando outros projetos de transmissão e de geração de energia eólica. Em mais curto prazo, o foco da empresa será no processo de compra da fatia remanescente de 10% da Petrobras na TAG. A EBE, a Engie e o CDPQ já manifestaram interesse na compra dessa participação.

Na outra ponta, a empresa prevê realizar neste ano a venda dos seus ativos de geração a carvão. O processo envolve o complexo de Jorge Lacerda, de 857 MW, em Santa Catarina, e a usina de Pampa Sul, de 345 MW, no Rio Grande do Sul. “Esperamos ter alguma solução em 2020. Estamos em negociações em andamento”, explicou Sattamini.

Em 2017, o processo chegou a evoluir para uma negociação com exclusividade com a britânica ContourGlobal. No ano seguinte, porém, as negociações não avançaram e foram encerradas.

Maior geradora privada de energia do país, a EBE possui cerca de 10,5 mil MW de capacidade instalada. Desse total, são 8,1 mil MW de hidrelétricas, 1,2 mil MW de termelétricas e 1,1 mil MW de outras fontes, principalmente eólica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Produção da Petro Rio

A Petro Rio produziu 24,5 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia em dezembro, aumento de cerca de 1% na comparação com novembro, quando foram produzidos 24,3 mil boe por dia. Do total, 8,1 mil boe diários foram do campo de Polvo, alta de 5%, considerando que a produção foi afetada pela paralisação de 48 horas das atividades ocorrida em outubro e pela interrupção dos trabalhos em dois poços para manutenção. No campo de Frade, a produção atingiu 13,6 mil boe, recuo de 1,2%. Os dados consideram a produção de Frade Japão, cuja incorporação foi concluída em outubro. A produção de Manati caiu 0,4% entre novembro e dezembro, para 2,8 mil boe diários.

Premier inicia perfuração

A petroleira britânica Premier Oil vai iniciar neste ano sua primeira perfuração no Brasil. A companhia informou a contratação da sonda Valaris-DS9 para furar o prospecto Berimbau/Maraca, na concessão CE-M-717, na Bacia do Ceará. A previsão é iniciar a campanha exploratória no bloco no terceiro trimestre, sete anos após a aquisição do ativo, na 11ª Rodada da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2013. A Premier Oil possui outros dois ativos exploratórios no país. Todos eles estão na Bacia do Ceará e foram adquiridos na 11ª Rodada.

BNDES e Comgás

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou

financiamento de R\$ 2 bilhões para a Comgás. Os recursos apoiarão o plano de investimentos da distribuidora de gás natural até 2021. O financiamento equivale a 68% do investimento previsto pela concessionária paulista até o próximo ano. Ao todo, a Comgás prevê investir R\$ 2,937 bilhões até o ano que vem, como parte do plano de expansão aprovado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), no âmbito da revisão tarifária da empresa.

Moody's avalia Braskem

A Moody's considera positivo para o perfil de crédito da Braskem o acordo firmado com as autoridades para remoção da população em áreas de risco em que se encontram poços de extração de sal-gema, em Maceió (AL), porque ele reduz os riscos para a liquidez da empresa e afasta novos processos. Segundo ela, a empresa possui os recursos para arcar com o custo de remoção das famílias e fechamento de alguns poços, avaliado em R\$ 2,7 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Muda governo, mas é sempre a mesma ideia de compensação

A discussão não é nova e retorna sempre que uma crise provoca aumento nas cotações de petróleo: como conter as oscilações dos preços de combustíveis em um país cujo transporte se dá majoritariamente por rodovias? A tentação de resolver o problema passa por governos de todos os espectros políticos, e as possíveis soluções tampouco são inovadoras. Historicamente, ou a Petrobrás ou o Tesouro pagaram o preço das medidas. Soluções mais complexas, que envolvem mudanças na tributação, são sempre lembradas nas crises, mas costumam ser abandonadas em semanas. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o governo estuda criar mecanismos de compensação que evitem uma flutuação tão intensa nos preços dos derivados, mas não deu mais detalhes. Embora Albuquerque tenha feito mistério sobre as medidas, a verdade é que não há tantas alternativas a serem adotadas pelo governo.

Nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, coube à Petrobrás assumir essa missão de equalizar preços, repassando, com defasagem, as variações da cotação internacional do petróleo aos combustíveis vendidos no mercado interno. Essa política gerou prejuízos bilionários para a companhia, mas, por um tempo, conteve os índices de inflação. Por isso, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, se apressou em dizer que não

foi pressionado a congelar os preços dos derivados da companhia. Em 2016, o governo Michel Temer restabeleceu a política de liberdade de preços da Petrobrás, e a companhia começou a repassar toda variação internacional aos combustíveis em 2017.

Em 2018, pressionado pela greve de caminhoneiros que causou uma crise de desabastecimento sem precedentes na história brasileira, Temer criou um subsídio ao diesel, reduzindo alíquotas de PIS/Cofins e zerando a Cide sobre o combustível. O Tesouro gastou bilhões com a medida, anunciada em maio de 2018 e que vigorou até o fim daquele ano. Crítico contumaz de subsídios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não a renovou. Outra proposta que sempre volta às discussões quando o preço do petróleo sobe é a criação de um fundo de compensação, que seria abastecido com recursos da Cide – contribuição incidente sobre combustíveis.

Criada em 2001, a contribuição foi concebida justamente para funcionar como um instrumento flexível para acomodar flutuações de preços e atenuar a transmissão da volatilidade ao consumidor. A resistência a esse tipo de medida vem da área econômica. No passado, Receita e Tesouro não aceitaram abrir mão das receitas da Cide. A exemplo do que o presidente Jair Bolsonaro tem falado nos últimos dias, o governo Temer também chegou a cobrar dos Estados que colaborassem para reduzir o preço do diesel, durante a greve dos caminhoneiros. O ICMS representa um terço do preço final dos combustíveis. Não foi atendido. Bolsonaro mesmo reconheceu, no entanto, que as dificuldades financeiras dos Estados dificultam a aplicação da medida.

REPÓRTER DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: J. L.

Título: 'Eu demito quem falar em taxaço de energia solar'

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que integrantes do governo estão proibidos de tocar no assunto de taxaço da energia solar. Aqueles que o fizerem, segundo ele, serão demitidos. "Eu que estava pagando o pato pela questão da energia solar. E aí eu decidi que ninguém mais toca no assunto, quem conversar eu demito, cartão vermelho", disse na saída do Palácio da Alvorada. De acordo com Bolsonaro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicou que desistiu da cobrança para aqueles que produzem energia solar, mas os interessados em vender o produto ainda poderão pagar um frete. "Eu decidi (pelo fim da taxaço da energia solar) acertando com o (presidente

do Senado, Davi) Alcolumbre e (o presidente da Câmara, Rodrigo) Maia. Tanto é que a Aneel, pelo que eu ouvi ontem, não vai mais taxar (energia solar). Não vai mais nem precisar de projeto de lei (para barrar a iniciativa)”, declarou Bolsonaro.

O presidente esclareceu que a taxa zero continua valendo para aqueles que querem produzir energia para suas casas e seus negócios, mas os que quiserem vender podem pagar um frete. Negócio. “Quem quer produzir energia para o seu negócio não tem taxa. Agora, se ele quiser vender energia, você vai ter de transportá-la e hoje em dia é meio físico. O meio físico a ser utilizado ele vai negociar com a empresa participar ou não e quanto vai se cobrar o porcentual daquilo que ele produzir. Aí é outro negócio.” Após reação popular sobre o tema, ele deixou claro que quem quiser produzir a energia “no seu negócio, na sua casa, sua chácara, sua empresa vai fazê-lo sem interferência do Estado”. “O Estado já enche o saco demais. Ninguém mais aguenta interferência do Estado”, frisou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Brasil preparado para a alta do preço do petróleo

Com o petróleo tipo Brent negociado no mercado futuro a níveis próximos de US\$ 69 o barril para março nesta semana, é melhor ser prudente tanto no que diz respeito aos riscos da crise do Oriente Médio como no tocante ao seu impacto para o Brasil. Foi essa marca de prudência que levou as autoridades brasileiras a, ao mesmo tempo, reafirmarem a liberdade de que dispõe a Petrobrás para corrigir preços de derivados. Note-se que até o momento não houve qualquer reajuste dos valores aplicados. Em tempos de grande incerteza, a Petrobrás, com o apoio do governo, parece estar convencida de que o melhor é esperar a evolução dos acontecimentos antes de tomar decisões que afetem negativamente consumidores e produtores que dependem dos preços dos combustíveis para administrar orçamentos ou negócios.

A alta registrada no mercado global não se compara à de outros momentos em que as tensões geopolíticas atingiram níveis muito mais agudos. É improvável, segundo analistas com visão global, como Christopher Garman, da Consultoria Eurasia, que ocorra um conflito militar mais amplo no Oriente Médio, com potencial de elevar o preço do barril de petróleo para níveis próximos de US\$ 100. O que se sabe é que o Irã, que produz cerca de 4,7 milhões de barris/dia (b/d), depende do petróleo que exporta para financiar sua economia. Atos de guerra do Irã, por exemplo, no Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um

quinto da produção mundial de petróleo e onde há alguns meses navios petroleiros foram atacados, seriam o mesmo que atirar nos próprios pés.

O Brasil, cuja produção de petróleo equivalente já se acerca dos 3 milhões de b/d, tem condições satisfatórias para enfrentar a crise, a começar do fato de que está longe da zona conflagrada. Além disso, não se deve esquecer de que o Brasil deixou de ser só importador e passou a ter superávit na conta petróleo. Nos próximos cinco anos, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o País deverá ser incluído no rol dos cinco maiores produtores globais. A posição brasileira atual tem a ver com a reestruturação da Petrobrás desde 2016, nas gestões Pedro Parente, Ivan Monteiro e Roberto Castelo Branco. Ela foi saneada e profissionalizada e se tornou lucrativa, o que faz toda a diferença em tempos de crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: 'Estatais perderam o medo de ir à Bolsa'

ENTREVISTA - Gustavo Miranda, responsável pela área de banco de investimento do Santander

Executivo diz que empresas do governo avaliam o mercado de capitais como forma de fazer desinvestimentos

Assessor financeiro de importantes transações envolvendo a Petrobrás, o Santander vê as empresas estatais ainda mais ativas em operações no mercado de capitais este ano, como emissões de ações (follow on) e abertura de capital (IPO, na sigla em inglês). O banco auxiliou a petroleira na venda da Liqueigás para os grupos Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás, por R\$ 3,7 bilhões, e o gasoduto TAG, para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões. "As estatais perderam o medo de ir à Bolsa", diz Gustavo Miranda, responsável pela área de banco de investimento do Santander. Segundo ele, o crescimento mais robusto do PIB para este ano e 2021 trará mais investimentos ao País. O banco estima PIB de 2,3% para 2020 e de 3% para 2021. A seguir, os principais trechos para entrevista.

O ano de 2019 foi aquecido para o mercado de capitais. Continuará assim este ano?

O banco participou de 17 ofertas em 2019, de um total de 42 (37 emissões de ações e cinco aberturas de capital). Participamos das duas últimas operações de equities (oferta de ações) do ano, que foi a venda da participação do BNDES na Marfrig, e a emissão de ações da Restoque (moda). Vemos potencial para 75

ofertas para 2020, entre IPOs e follow ons, com quase R\$ 150 bilhões em movimento de negócios.

Quais serão os grandes negócios?

As privatizações vão estimular os grandes negócios em fusões e aquisições. O mercado de capitais também está muito ativo. A venda de ações de subsidiárias da Caixa e da Petrobrás (BR Distribuidora vendeu ações na Bolsa) está levando outras estatais a considerar o mercado de capitais como forma de saída, de desinvestimento, com a venda parcial ou do controle de suas empresas.

Há muitas estatais que podem ir à Bolsa nos próximos meses?

Há várias empresas de saneamento considerando vender 49% do seu negócio, como Cagece, do Ceará, e Compesa, de Pernambuco. Já é público que a Cemig poderá fazer IPO de subsidiárias como alternativa a uma tradicional operação de M&A. Ao longo de 2019, as estatais descobriram a simplicidade de fazer um processo de venda pela Bolsa.

Essas operações vão se acelerar em 2020 para evitar um cenário mais volátil em 2021 com o início da corrida eleitoral?

Tem um movimento que a gente percebe aqui que é quase alheio ao governo. O ambiente macro – de juros baixos e inflação controlada – está dando impulso para o mercado financeiro. Tem cerca de R\$ 600 bilhões entrando por dia na Bolsa. Isso não vai parar tão cedo. Esses R\$ 5 trilhões investidos em CDI estão gradualmente migrando para Bolsa. Enquanto o País tiver cenário de juros baixos, e o Santander prevê que vai ter por muito tempo, esse fluxo virá e ele tem de ser empregado de forma produtiva, seja com compras na Bolsa ou os novos emissores (gestoras) criando competição entre elas para participar dessas operações.

Quando os estrangeiros virão de fato para o Brasil?

A brincadeira do mercado é que o investidor (estrangeiro) está esperando o PIB. A gente trabalha muito sob expectativas de que o País vai crescer bastante e quem entrou no passado não necessariamente ganhou dinheiro. Então, o investidor estrangeiro, apesar do cenário de juros baixos ser global, ainda tem preocupações sobre as manchetes negativas sobre (Jair) Bolsonaro lá fora por conta de fatores políticos. Mas esses investidores olharam o que aconteceu no Brasil em 2019 e percebeu que se ganhou dinheiro com renda fixa. Agora daqui para frente tem de ter o impulso da economia.

E esse PIB robusto virá?

O que é chegar para o Brasil? Um país que não cresce? O ano de 2019 vai crescer em torno de 1% e em 2020 cerca de 2,5% (o Santander prevê 2,3% para 2020 e 3% para 2021), ainda abaixo da média global, mas é muito positivo. E esse crescimento vem do setor privado. Tivemos medidas macro importantes, como reforma da Previdência. Ainda tem a reforma tributária. Tudo isso vai dando suporte ao crescimento sustentável. Mas não estamos falando aqui de crescimento de 5%.

Como o câmbio pode afetar os negócios?

Na minha experiência, a preocupação é maior com volatilidade do que com o nível (do câmbio) – que o investidor pode julgar se é bom ou não para entrar em um negócio. A volatilidade é maior, sobretudo para os fundos de private equity (que comprem participação em empresas), que têm um tiro relativamente curto e saem depois de cinco anos. Se o câmbio é volátil na saída dele, machuca bastante o retorno.

Quais os setores que o banco vê como cavalos fortes para investimentos?

O setor de óleo e gás deverá ser atraente – vimos o grande interesse pelo gasoduto TAG. Infraestrutura vai continuar muito forte, além de saneamento, que espera a aprovação do Senado para o marco regulatório. Vem muito movimento também ligado ao consumo e varejo, com o PIB maior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Fábio Alves

Título: O petróleo e o PIB

O temor de um conflito militar entre americanos e iranianos levou à alta no preço do petróleo e reacendeu dúvidas sobre a recuperação da confiança de consumidores e do investimento global neste ano. Isso depois que a expectativa com a assinatura da fase 1 de um acordo comercial entre Estados Unidos e China, para dia 15, e também com uma saída (Brexit) negociada do Reino Unido da União Europeia injetou um maior otimismo em relação ao crescimento da economia global em 2020, após o ano passado ter sido marcado por uma desaceleração sincronizada do PIB mundial. Após o ataque aéreo ordenado pelo presidente americano Donald Trump que matou o general iraniano Qassim Suleimani em Bagdá, na sexta-feira, o preço do barril do petróleo Brent chegou a superar a barreira de US\$ 70, mas ao fim da sessão de negócios da segunda-feira, a cotação já havia cedido para o patamar de US\$ 68, ou apenas US\$ 2 acima do patamar negociado antes do ataque.

Ou seja, o estrago causado pelo ataque que matou o líder militar do Irã tem sido relativamente limitado até o momento e reflete a aposta de investidores de que o conflito não desembocará numa guerra em larga escala entre os EUA e o Irã. Todavia, os iranianos já prometeram vingar a morte do seu general. Uma retaliação é amplamente esperada. A dúvida é se um ataque iraniano a alvos americanos será de tal magnitude que ficaria inevitável uma guerra entre os dois países, arrastando aliados no Oriente Médio. Nesse cenário, uma disparada no preço do petróleo não poderia ser descartada. Isso teria um impacto significativo sobre o consumo e o investimento global neste ano. É bom lembrar que, desde que bateu no patamar de US\$ 58 no início do outubro, o preço do barril de petróleo já subiu mais de 17%. Nos cálculos de Joseph Lupton, economista do banco JPMorgan, a cada 10% de aumento no preço do petróleo cerca de 0,15 ponto porcentual é retirado do PIB mundial em um ano.

“A recente alta no preço do petróleo deve provavelmente elevar a inflação e reduzir o gasto dos consumidores.” James Sweeney, economista do banco Credit Suisse, lembra que cinco das últimas seis recessões nos EUA foram precedidas por uma alta no preço do petróleo. “Houve várias mudanças dramáticas que devem tornar a economia americana mais resiliente a choques de petróleo”, diz Sweeney. “O gasto de consumidores com gasolina é historicamente baixo e as taxas de poupança estão elevadas, o que ajudam a acomodar preços mais altos.” Por outro lado, o crescimento do setor de energia nos EUA fez com que o país deixasse de ser importador líquido de derivados de petróleo e que, portanto, a alta no preço dessa commodity pode ter até o efeito de elevar investimentos no setor.

“Um choque global no preço do petróleo é um risco ao crescimento e se os preços continuarem subindo, a preocupação é com os efeitos não lineares na confiança e nas condições financeiras”, argumenta Sweeney. Todavia, a expectativa ainda é de que o crescimento da economia global melhore neste ano em relação a 2019. Isso se deve a percepção de que a postura ainda acomodatória dos principais bancos centrais vai absorver o impacto negativo de riscos geopolíticos, com o conflito EUA e Irã tomando o lugar do nervosismo com a guerra comercial entre americanos e chineses ou um Brexit duro. O Federal Reserve (Fed) já sinalizou que deve manter inalterados os juros americanos ao longo deste ano. O Banco Central Europeu (BCE) segue mantendo as taxas negativas.

A China deve seguir injetando estímulos monetário e fiscal. Ainda resta dúvida, especialmente nos EUA, se a fraqueza na indústria, que foi a mais afetada pela guerra comercial, poderia se espalhar para outros segmentos da economia americana, contaminando o setor de serviços. Mas a aposta dos analistas é de que o pior já passou em termos de confiança dos empresários e consumidores globais. E que o desempenho da economia mundial ganhe fôlego até o fim

deste primeiro semestre. Isto é, se o conflito entre EUA e Irã não descambar para uma guerra em grande escala e se as negociações comerciais entre americanos e chineses continuem avançando.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento Julia Lindner / BRASÍLIA

Título: Estados descartam plano de Bolsonaro de cortar ICMS sobre os combustíveis

Alta do petróleo. Secretários de Fazenda dizem que não é possível abrir mão da arrecadação do imposto, que chega a ser responsável por até 20% das receitas estaduais; presidente criticou governadores que não apoiam a medida. 'No fim, quem paga o pato sou eu', disse

A pressão do governo federal por uma revisão na tributação de ICMS sobre combustíveis, uma forma de reduzir o aumento ao consumidor nas bombas, não encontra eco nos Estados. Secretários de Fazenda ouvidos pelo 'Estado/Broadcast' apontam que a arrecadação sobre combustíveis representa uma fatia significativa dos recursos estaduais e que a atual situação financeira dos Estados não permite aos governadores abrir mão de receitas. Portanto, uma redução da alíquota estaria descartada. Essa é uma das medidas que técnicos do governo estudam para evitar uma disparada nos valores dos combustíveis cobrados nos postos com a crise entre Estados Unidos e Irã. Hoje, o ICMS sobre combustíveis responde por entre 18% e 20% da arrecadação dos Estados.

As alíquotas cobradas variam por ente da federação e podem chegar a 34% no topo para a gasolina, a 25% para o diesel e a 32% para o etanol, segundo dados da Fecombustíveis. De acordo com o diretor do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), André Horta, a estimativa é que a arrecadação de ICMS sobre a gasolina engorde em R\$ 60 bilhões os cofres estaduais em 2020. "Trata-se de receita fundamental para a condução das administrações públicas estaduais", afirmou. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro criticou governadores por não apoiarem a ideia. "No fim, quem paga o pato sou eu", reclamou. "Alguns me falam para conversar com os governadores, mas a maioria (dos Estados) está quebrado. Se for conversar é: 'Eu topo, presidente, mas qual é a compensação?'" , disse Bolsonaro.

O presidente defendeu que o tributo estadual incida sobre o preço nas refinarias e não sobre aquele cobrado pelas distribuidoras. Ontem, Bolsonaro disse que essa mudança poderia ser incluída na reforma tributária, em tramitação no Congresso. A despeito das declarações do presidente, os

secretários afirmam que não foram formalmente procurados pelo governo e que o assunto tampouco deve estar na pauta da próxima reunião extraordinária do Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda, marcada para 21 de janeiro, em Brasília. Fontes do Ministério da Economia dizem que a área técnica do governo não deve fazer uma proposta formal aos Estados para que reduzam suas alíquotas.

Caminhoneiros. Durante a greve dos caminhoneiros de 2018, o governo também tentou convencer os Estados a baixar a alíquota, dessa vez apenas sobre o diesel, para estancar a paralisação. Na época, chegou a convocar uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), esvaziada. O órgão reúne além dos secretários de Fazenda, membros do Executivo federal. No fim, conseguiu o apoio de alguns Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, que efetivamente reduziram o tributo sobre o óleo na tentativa de esvaziar a greve. Desta vez, os Estados cobram uma solução exclusivamente federal e argumentam que os governadores administram cofres muito apertados.

“Entendemos que a alta do petróleo vai afetar o consumo lá na ponta (na bomba), mas para nós é absolutamente fundamental a arrecadação sobre combustíveis. O problema deveria ser visto sistematicamente, o que pode ser feito de forma federal? O ICMS sempre apanha, mas a situação dos Estados e o tamanho do impacto dos combustíveis não nos dão asas para baixar a alíquota”, disse a secretária do Ceará, Fernanda Mara. “Cremos que há alternativas menos impactantes para os Estados, como a redução de PIS/Cofins, que é uma arrecadação federal”, sugeriu o secretário de Fazenda gaúcho, Marco Aurélio Cardoso. No Rio Grande do Sul, combustíveis respondem por 18% da arrecadação total do ICMS.

Dentro do Ministério da Economia, contudo, uma queda na alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis não está na mesa. Uma fonte, que pediu anonimato, afirmou que os tributos federais já foram muito reduzidos e nova redução traria pouco impacto. Os secretários citam ainda a possibilidade de, no futuro, se criar algum fundo federal de estabilização de preços. A ideia já foi aventada durante a greve dos caminhoneiros, pelo ex-ministro Henrique Meirelles, hoje secretário de Fazenda de São Paulo. Segundo a proposta à época, o fundo amorteceria os preços, capitalizando recursos quando o preço do petróleo caísse, e utilizando o dinheiro quando a cotação do barril subisse. Entre os Estados prevalece um entendimento de que qualquer reação para controlar o impacto da alta no combustível terá de partir da União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/01/2020****Seção: Internacional****Autor: Joby Warrick / the Washington post****Título: Armas iranianas foram aprimoradas**

Quando drones e mísseis guiados investiram contra a maior instalação de petróleo da Arábia Saudita em 14 de setembro, um indignado governo Trump culpou imediatamente o Irã pelo que chamou de “ataque sem precedentes” aos suprimentos globais de energia. Mas a verdadeira surpresa foi a precisão do ataque: das 19 armas usadas, todas, exceto duas, atingiram seus alvos diretamente.

Quando a fumaça se dissipou, as autoridades sauditas contaram 14 buracos por onde entraram os projéteis que acertaram os tanques de armazenamento de petróleo. Três outras partes críticas da instalação de processamento de petróleo foram atingidas e desmontadas, desativando a instalação e cortando temporariamente pela metade a produção saudita de petróleo.

Em relatórios posteriores, os analistas dos EUA descreveriam o ataque como uma espécie de alerta: a evidência de um arsenal amplamente aprimorado de mísseis de alta precisão que o Irã desenvolveu e compartilhou silenciosamente com aliados na última década. No caso de uma guerra mais ampla com os EUA, o Irã provavelmente usará tais armas para infligir danos substanciais a inúmeros alvos, dizem analistas.

“Eles estão dizendo: ‘Agora podemos atingi-los’”, disse Fabian Hinz, especialista do programa de mísseis do Irã no Instituto Middlebury de Estudos Internacionais, em Monterey, Califórnia. “O que vimos no Irã nos últimos anos foi uma mudança de mísseis, que eram principalmente ferramentas políticas ou psicológicas, para verdadeiras armas no campo de batalha. É uma mudança quântica.”

Autoridades dos EUA e do Oriente Médio dizem que os modernos mísseis são apenas uma das várias vias possíveis para cumprir a promessa do Irã de se vingar pelo assassinato do general Qassim Suleimani.

Como o Irã forneceu seus avançados mísseis e tecnologia de fabricação de bombas a grupos aliados, ele também possui opções para prejudicar seus adversários e, ao mesmo tempo, limitar o risco de represálias. No passado, Teerã frequentemente encarregava grupos militantes pró-Irã - principalmente o Hezbollah - de realizar ações secretas em seu nome, de ataques de mísseis a sequestros e guerra cibernética.

“O Irã ataca onde percebe vulnerabilidades e se contém quando acha que pode haver sérias consequências”, disse Karim Sadjadpour, analista de política iraniana do Carnegie Endowment for International Peace, instituto de pesquisas de Washington.

A capacidade aprimorada de mísseis do Irã é o resultado de mudanças ordenadas há mais de uma década pelo líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei. Na época, os mísseis mais sofisticados de Teerã eram derivados dos Scuds da era soviética que o Irã e o Iraque dispararam um contra o outro na década de 80. Desde então, os laboratórios militares do Irã canalizaram milhões de dólares para a criação de sistemas de orientação que melhorariam muito a precisão de novos mísseis e, através da modernização, atualizariam muitos modelos mais antigos. O resultado é uma linha de mísseis de curto e médio alcances que podem fornecer ogivas com alcance de precisão em dezenas de metros, disse um oficial de inteligência do Departamento de Defesa sob condição de anonimato.

Entre os desenvolvimentos mais impressionantes e potencialmente preocupantes está a tecnologia do míssil Qiam, do Irã, de 804 quilômetros, que permite que os controladores ajustem sua trajetória durante o voo. Mesmo o Fateh-110, um modelo de curto alcance fornecido ao Hezbollah e a outros grupos militantes, foi equipado com sistemas eletro-ópticos e de orientação por rádio para que possa se concentrar em alvos altamente específicos, disse o funcionário.

O general Joseph Votel, ex-comandante do Centcom dos EUA que se aposentou do Exército em março, disse que os ganhos em capacidade de mísseis do Irã foram surpreendentemente rápidos.

“Estamos acompanhando isso há algum tempo, com esses drones e mísseis e outras coisas que podem realmente penetrar nos sistemas defensivos e atingir tais alvos importantes”, disse Votel. “O mais perturbador é o amadurecimento desses sistemas e a rapidez com que os iranianos estão aprendendo. Quando você olha para a nossa longa curva de aprendizado, a deles é muito mais acentuada”, disse. “Eles estão aproveitando o que aprendemos.” / tradução de claudia bozzo]

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Metrópole

Autor: Luciana Garbin

Título: Brasil abre estação antártica na terça

Com 17 Laboratórios de pesquisa e segurança antifogo reforçada, nova Comandante Ferraz será entregue oito anos após incêndio

O Brasil inaugura terça-feira a nova Estação Antártica Comandante Ferraz. Com capacidade para 64 pessoas, ela substituirá a base destruída por um incêndio em fevereiro de 2012 e é apontada por pesquisadores como uma das mais modernas da região.

“A nova estação brasileira hoje é a maior estrutura de pesquisas da Península Antártica. E certamente está entre as três maiores estações de pesquisa antártica do mundo”, afirma o professor da Universidade de Brasília Paulo Câmara, em sua sexta temporada na Antártida.

São 17 laboratórios de pesquisa - 14 internos e 3 externos -, que servirão principalmente para estudos de Microbiologia, Biologia Molecular, Química Atmosférica, Medicina, Ecologia e mudanças ambientais.

Planejada pelo escritório de arquitetura Estúdio 41 e construída pela chinesa Ceiec, vencedora de concorrência internacional, a nova estação custou US\$ 99,6 milhões e impressiona pela estrutura à prova de ventos de até 200 km/h, solos congelados e abalos sísmicos.

As obras começaram no final de 2015. Suas fundações foram pré-montadas em Shangai e levadas de navio para a Ilha Rei George, onde ficam estações de Brasil e outros países. Assim como os pilares, estruturas e contêineres. Para aplacar o trauma do incêndio que matou dois militares há oito anos, a segurança virou quase obsessão e acabou ampliando a nova Comandante

Ferraz. O projeto original tinha 3,3 mil m², mas a estação ficou com 4,5 mil m², em boa parte por segurança. É quase o dobro da antiga, que tinha 2,6 mil m².

“A nova estação será uma oportunidade de mostrar nosso valor como país, pois estamos inaugurando uma estrutura de ponta, que colocará nossos pesquisadores no topo da pesquisa antártica”, diz o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, almirante Sérgio Guida. Segundo ele, uma comitiva com 45 autoridades, militares, pesquisadores e assessores deve participar da inauguração na terça, mas o presidente Jair Bolsonaro desistiu de ir. Será substituído pelo vice, Hamilton Mourão. Três ministros também confirmaram presença: Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e Marcos Pontes (Ciência).

Na inauguração será feita a entrega provisória da estação pela empresa chinesa - a definitiva só deve ocorrer com o fim do pagamento, previsto em contrato para 2022. Segundo a Marinha, US\$ 60 milhões já foram pagos. Setenta chineses ainda trabalhavam ontem na estação. A maioria deve ir embora em 31

de março. Alguns poucos permanecerão para ajudar na manutenção durante o inverno.

Terminada a construção, a atenção agora se concentra nos investimentos no Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que há anos sofre com a inconstância na liberação de verba. Segundo o almirante Guida, a verba para logística está garantida. Um convênio de R\$ 400 milhões com a Petrobrás garantirá recursos e combustível por cinco anos para a estação e os navios que operam na região, e emendas parlamentares têm ajudado a fechar as contas.

Ciência. Na pesquisa, porém, a questão é mais delicada. “Hoje perdemos para todos os países do Brics em investimentos em ciência antártica. Só a África do Sul tem um programa na região equivalente ao brasileiro”, diz Jefferson Simões, vice-presidente do Comitê Científico Internacional Sobre Pesquisa Antártica. “A nova Ferraz é a casa do Brasil na Antártida, tem importância tanto geopolítica quanto para ciência, mas o Proantar é mais amplo que ela.”

Ele lembra que só 25 % da pesquisa antártica brasileira será feita na Comandante Ferraz - o restante é realizado no Navio Polar Almirante Maximiano, em acampamentos e num módulo a 2,5 mil quilômetros. “O trabalho mais profundo é feito nas universidades e institutos de pesquisas. O desafio nos próximos anos é o financiamento dos laboratórios no Brasil.”

Estudo de DNA ajuda a testar laboratórios

Uma pesquisa sobre DNA de plantas e fungos antárticos é a primeira feita na nova estação brasileira. Realizada pelos professores Paulo Câmara, da Universidade de Brasília, e Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais, ela terá seus resultados apresentados na inauguração, terça-feira.

Um dos propósitos do estudo foi testar os novos laboratórios da estação. “A gente fazia a pesquisa e, ao mesmo tempo, testava equipamentos, via se a energia não caía, se as tomadas estavam adaptadas”, diz Câmara.

Segundo o professor, a estrutura da nova estação possibilitou um salto grande na pesquisa, porque permite já extrair o DNA na Antártida e só sequenciá-lo no Brasil. “Antes só era possível fazer o trabalho na universidade meses depois e muitas vezes o DNA se perdia ao longo do caminho, porque o navio demora para chegar. Agora a gente já pode estabilizar o DNA na Antártida e só tem de levá-lo num tubinho pequenininho para o Brasil para sequenciá-lo.” Luiz Henrique Rosa conta que um de seus grandes interesses na Antártida são fungos que produzem antibióticos. Após isolá-los e cultivá-los em placas, o professor extrai as substâncias que eles produzem e as testa contra causadores de dengue, doença de Chagas e outros males tropicais.

Outro foco das pesquisas são substâncias que possam ser usadas como pesticidas e herbicidas na agricultura. “Como micro-organismos da Antártida estão isolados geograficamente há muito tempo, eles podem ter linhagens selvagens que podem produzir substâncias muito úteis como remédios.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho, Gustavo Uribe, Talita Fernandes e Bernardo Caram

Título: Presidente diz que acertou com Aneel manutenção de benefício à energia solar

Agência, que é independente do governo, não se pronunciou; Bolsonaro enfrenta equipe de Guedes após lobby do setor e da bancada ruralista

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira (7) que acertou com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a continuidade no subsídio à energia solar.

O presidente fez a afirmação após se reunir, no Palácio do Planalto, com um dos diretores do órgão federal, Rodrigo Limp Nascimento.

A entidade é uma autarquia federal vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**. A sua gestão, no entanto, é independente e conduzida por um colegiado de diretores nomeados para mandatos de quatro anos.

“Nós acertamos a questão de não taxar o sol. Sol, fique tranquilo, não serás taxado”, disse Bolsonaro ao cumprimentar um grupo de eleitores na entrada do Alvorada.

Apesar da afirmação do presidente, na segunda-feira (6), a agência reguladora informou que suas decisões são tomadas em colegiado e que a próxima reunião da diretoria está agendada para o dia 21.

Procurada pela Folha nesta terça-feira (7), a Aneel não se pronunciou.

As mudanças propostas pela autarquia não criam nova tarifa, como Bolsonaro afirmou, mas eliminam benefício concedido em 2012 para incentivar a geração de energia solar. A regra isenta os proprietários de painéis solares de encargos, subsídios e tributos sobre a produção.

A avaliação da área técnica que defende a cobrança é que as isenções sobrecarregam clientes cativos das distribuidoras, que são obrigados a ratear entre si os benefícios concedidos aos consumidores de energia solar.

Mais tarde, o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, amenizou a declaração do presidente e lembrou que, apesar da afirmação de Bolsonaro, a decisão será ainda tomada pela agência reguladora.

Ele relatou, no entanto, que na audiência no Planalto o diretor Rodrigo Limp disse que tem um posicionamento alinhado ao do presidente contra o fim do benefício para a geração de energia solar.

“A Aneel, sob a qual nós não temos nenhuma imposição, vai estudar o caso. Mas um de seus diretores já esboçou claramente ao presidente a intenção de não haver essa taxação. Há um sentimento por parte do governo de que a Aneel entendeu a importância desse posicionamento do presidente”, disse.

O porta-voz afirmou ainda que não considera que a defesa de Bolsonaro pela continuidade do benefício coloque em risco a autonomia gerencial da Aneel.

“Não vejo de forma alguma qualquer imposições do presidente junto à agência”, ressaltou. “Nós vemos que isso vai provocar uma discussão mais sadia para que ela tome a decisão acertada.”

Bolsonaro decidiu enfrentar a equipe econômica de Paulo Guedes para defender subsídios para energia solar. A decisão foi tomada após lobby do setor e pressão da bancada ruralista.

Os dois grupos tentavam convencer o presidente nos últimos meses, sem muito resultado. No fim de semana, no entanto, uma ligação mudou a percepção de Bolsonaro.

Na noite de sábado (4), após ler um artigo sobre o assunto, Bolsonaro telefonou para o autor, o relações governamentais da ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída) e integrante do grupo de trabalho SOS Geração Distribuída, Heber Galarce.

Na conversa de pouco mais de meia hora, foram apresentados a Bolsonaro argumentos contra o fim de subsídios para o setor.

Galarce tratou da necessidade de baixar o custo de energia, do impacto social de um eventual fim da isenção de tarifas e encargos e da fragilidade da Aneel, que seria sensível ao lobby por parte de empresas que trabalham com outras fontes de energia, como as hidrelétricas.

Ele também mencionou números para confrontar dados que sustentam a posição do Ministério da Economia a favor do fim de subsídios.

“Há interesses escusos em cima do lobby de distribuidores, de termelétricas e afins. O presidente não estava atento a isso”, disse Heber à Folha.

“Nós colocamos a luz para ele. Não é uma coisa simplificada, os cálculos [da equipe econômica] têm questionamentos de acadêmicos e técnicos tão graduados quanto seu ministro [Paulo Guedes], e isso precisa ser revisado”, disse.

A mobilização surtiu efeito. Nesta terça, pelo terceiro dia consecutivo, Bolsonaro tratou do assunto para refutar qualquer tarificação para o setor.

“Ninguém mais conversa [sobre fim de subsídio], eu que sou o presidente”, afirmou ao deixar o Palácio da Alvorada pela manhã.

“Se alguém conversar, eu demito, cartão vermelho.”

A equipe de Guedes ainda tentará convencer Bolsonaro e o Congresso sobre a necessidade do fim dos subsídios.

A Aneel já previa para 2019 a revisão de uma medida de 2012, segundo a qual quem investe em painéis solares não pagaria encargos, subsídios e tributos pela produção, pelo consumo ou pela distribuição do excedente de energia.

Além do lobby do setor, Bolsonaro foi lembrado, no fim de semana, da oposição que o tema enfrenta por parte da bancada ruralista. Esse grupo é um dos principais eixos de sustentação do governo no Congresso.

A FPA (Frente Parlamentar do Agronegócio) já fez chegar ao Planalto a rejeição ao fim do subsídio à energia solar.

O coordenador do grupo composto por 243 dos 513 deputados e por 39 dos 81 senadores, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), disse que, caso a Aneel decida taxar a fonte de energia, a medida será derrubada no Congresso. “Tributar essa energia é uma grande irresponsabilidade”, afirmou.

De acordo com congressistas, o setor de energia solar tem trabalhado assiduamente desde o ano passado no Congresso, onde já foi criada uma Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil e está na mesa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um requerimento para que se crie uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar decisões e resoluções da Aneel.

As declarações de Bolsonaro reverberaram na Câmara e no Senado. No dia seguinte à ligação de Galarce, ele procurou Maia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para discutir o assunto.

Nas redes sociais, os presidentes da Câmara e do Senado também se manifestaram contra o fim do subsídio.

Maia afirmou concordar “100%” com Bolsonaro em sua crítica e disse que trabalhará com o presidente da República caso seja necessário atuar para evitar a tributação.

A energia solar ainda é algo incipiente no Brasil. Segundo dados da Aneel, ela representa apenas 1,2% da matriz elétrica brasileira. É a sétima fonte, longe dos 61% das hidrelétricas e atrás da sua maior competidora, a eólica, que fica com 8,7%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Ricardo Lima

Título: Não existe ‘taxa do sol’, é subsídio escondido na conta

Consultor, foi conselheiro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e executivo da Eletropaulo e EDP

Dizem que a luz do sol tem efeitos curativos. Entendo que é hora de colocar um pouco de luz solar sobre o tema da suposta “taxa do sol”, como vem sendo chamada, e tentar curar um pouco as feridas que esse debate tem causado.

Em 2012, a Aneel editou uma regulamentação visando promover e incentivar a adoção da geração distribuída pelos consumidores no país, especialmente através de painéis solares fotovoltaicos, a chamada resolução 482. Através dela, os consumidores que instalassem geração sobre os telhados poderiam exportar para a rede da distribuidora de energia o excedente nos horários em que não utilizassem a energia e receberiam de volta nos horários em que necessitassem dela, utilizando a rede da distribuidora como uma espécie de bateria.

Nessa mesma resolução, a Aneel permitiu que tal benefício fosse estendido para instalações maiores—consumidores pudessem fazer isso de forma remota, numa espécie de condomínio, gerando a energia fora de suas instalações, utilizando a rede da distribuidora para transportar a energia, pagando apenas uma tarifa mínima para isso. Esse benefício rapidamente foi utilizado por outros consumidores de porte maior, tais como bancos, supermercados, rede de farmácias.

A diferença de custo existente pelo serviço de transporte da energia, quando a energia é gerada remotamente, não coberta pela tarifa mínima, é custeada pelo

restante dos consumidores daquela concessionária, ou seja, existe um subsídio que é suportado pelos consumidores que não geram sua própria energia.

Além disso, quando a energia é entregue num horário para ser consumida em outro, o sistema elétrico é usado por aquele que tem um sistema de geração como uma espécie de bateria. Entrega energia para ser utilizada depois.

Obviamente, não se pode negar os benefícios que a geração distribuída tem. Dentre eles destacam-se os ambientais da geração solar e a menor necessidade do uso das redes de transmissão de energia.

Mas e quanto ao custo que é repassado aos outros consumidores? Trata-se de um subsídio que vem escondido na conta de energia de cada um de nós e que nem sabemos que estamos pagando.

É exatamente isto que a Aneel busca equilibrar com a sua proposta: reduzir o subsídio oculto nas contas de energia.

Pode-se argumentar se a dose é ou não exagerada, mas não se pode negar que algo precisa e deve ser feito. Transportar energia na rede e armazenar energia para usar em outro horário têm custos, e parece justo que sejam pagos por aqueles que o utilizam e não que sejam subsidiados por terceiros que não usufruem desses benefícios, como alguns defendem utilizando palavras de ordem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: O reino da treva quis taxar o Sol

Em menos de 24 horas o presidente Jair Bolsonaro e os presidentes da Câmara e do Senado desmancharam uma costura que vinha sendo armada há anos pelas distribuidoras de energia e pela Agência Nacional de Energia Elétrica. À primeira vista, o propósito dos empresários e dos eletrotecas era tungal os consumidores de energia solar, mas a coisa ia mais longe: queriam tungal a disseminação de uma energia limpa.

Desde 2012 sabia-se que em 2020 a Aneel discutiria os incentivos dados à produção e ao consumo de energia solar. Essa questão poderia ter sido conduzida de forma transparente, honesta e inteligente. Preferiu-se o caminho dos corredores, da onipotência e da treva. Primeiro, plantando-se uma versão segundo a qual o sujeito que coloca placas de energia solar no telhado de sua casa recebe subsídios. Falso. Subsídio haveria se o cidadão consumisse R\$ 100

de quilowatts e só pagasse R\$ 90. No caso, quem tem placas de energia solar paga às distribuidoras até o último centavo pela energia que consome. Só não paga por aquela que o Padre Eterno lhe manda durante o dia. Hoje a energia solar representa 1% do consumo e em 2019 a Aneel estimava em R\$ 340 milhões os incentivos dados aos consumidores, sabendo que o subsídio ao uso do carvão custa R\$ 1 bilhão.

Em outubro passado deu-se o grande golpe. A Aneel jogou fora meses de discussões e apresentou uma nova proposta para consulta pública que tinguva entre 30% e 60% da economia conseguida por quem viesse a instalar painéis solares em suas casas ou em seus edifícios a partir de 2020. As consultas públicas anteriores haviam durado até quatro meses, com três reuniões presenciais. Dessa vez resolveriam tudo em 45 dias, com uma só reunião. Coisas de Brasília. Nesses dias, dando um toque pitoresco ao debate, um senador apresentou projeto classificando, como “bens da União” os “potenciais de energia eólica e solar”. Tradução: lá vem imposto.

Com o tranco dado por Bolsonaro, Rodrigo Maia e David Alcolumbre, a Aneel tirou a girafa do picadeiro e disse que vai reexaminar a questão. (Vale lembrar que o Ministério da Economia havia emitido um parecer endossando a ideia da girafa. Lá viceja também a ideia de se taxar o uso da internet em transações bancárias.)

Os eletrotecas e os empresários menosprezaram o ensinamento de Tancredo Neves: “Esperteza, quando é muita, come o dono”. Há dois tipos de consumidores de energia solar. Num estão as pessoas que têm placas nos telhados de suas casas, edifícios ou conjuntos residenciais. No outro, há os consumidores abastecidos por empresas que montam grandes fazendas captadoras de energia solar e funcionam como verdadeiras usinas geradoras. (Uma residência que paga R\$ 300 mensais e instala painéis solares investindo R\$ 15 mil derruba a conta para R\$ 50.) Nos dois casos, usam uma energia limpa, mas pode-se dizer que as duas operações, mesmo semelhantes, não são iguais. Se os espertalhões tivessem exposto essa diferença, sem pensar numa tunga ampla, geral e irrestrita, talvez não tivessem tomado a pancada que tomaram.

Agora, ou a Aneel faz um debate limpo, ou o Congresso limitará seus poderes de taxaço planetária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Diego Garcia

Título: Bolsonaro favorece grande empresa ao defender subsídio

Bolsonaro favorece empresas com subsídio à energia solar

Bancos, redes de varejo e grupos do agronegócio são os mais beneficiados

A manutenção das regras do setor de energia solar, promovida pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, favorece especialmente grandes empresas, como banco, telefônicas, redes varejistas e companhias do agronegócio.

Para especialistas do setor, o governo adotou uma posição populista ao encampar o discurso de não “taxar o sol”, quando o debate não previa a criação de tributo, mas a eliminação de um subsídio, que eleva a conta de luz de todos os consumidores do país.

Segundo estimativa do Ministério da Economia, o subsídio vai custar ao consumidor R\$ 34 bilhões até 2035. Ainda assim, nesta terça (7), Bolsonaro se reuniu com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e disse que o debate acabou. O subsídio fica.

A proposta da Aneel, apoiada pelos **ministérios de Minas e Energia** e Economia, criaria um cronograma para pôr fim à isenção, adotada em 2012, pelo uso da rede transmissão. A medida buscava incentivar a expansão da geração distribuída de energia solar —também chamada de GD.

“Há um equívoco terrível nessa discussão. Ninguém quer taxar o sol. Isso foi uma jogada inteligente que o pessoal da energia fotovoltaica criou”, diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

O modelo atual isenta casas e empresas que atuam como geradores de GD do pagamento de encargos e uso da rede de distribuição e transmissão.

Dados da Aneel mostram que há cerca de 163.066 unidades produtoras de geração distribuída hoje no país, que fornecem energia a 217.747 unidades consumidoras. Elas têm uma potência instalada de 2.054 MW (megawatts).

Embora os consumidores residenciais representem o maior número de unidades (118.053), o comércio possui a maior potência instalada: 825 MW. Já o agronegócio e a indústria têm pouco mais de 200 MW cada um.

A geração pode ser instalada nas próprias unidades consumidoras ou em espécie de condomínios ou fazendas de energia solar que produzem energia para diversos clientes.

A lista das empresas com maiores potências em geração distribuída no Brasil é liderada pela Bom Futuro Agrícola, empresa da família Maggi, e pela telefônica Claro, com 16 MW cada uma. Entre os 20 primeiros, há bancos, como o

Santander e a Caixa Econômica Federal, empresas de varejo (Sendas Distribuidora, Magazine Luiza e Lojas Americanas) e outras companhias do agronegócio, como a JBS.

Segundo a Aneel, cerca de um quinto da capacidade é gerado longe das unidades consumidoras, nos condomínios ou fazendas, no modelo conhecido como geração remota. Embora dependam da rede de transmissão, são beneficiados pelas regras atuais.

“A autogeração remota virou um modelo de negócios. Uma empresa constrói uma unidade no norte de Minas Gerais, por exemplo, e entrega a uma rede de farmácias em Belo Horizonte”, diz Lavínia Holanda, sócia-diretora da Escopo energia. Ela destaca que mesmo consumidores com painéis no telhado usam a rede: jogam energia durante o dia e recebem durante a noite. “É um serviço e, como tal, tem que ser pago”, diz.

Lavínia afirma que, se o governo quer incentivar a energia solar, tem opções melhores: “Pode criar subsídio claro e transparente, pago pelo contribuinte [via Tesouro], e não pelo consumidor de forma disfarçada”, diz.

Os especialistas ouvidos pela Folha concordam que o incentivo foi importante, mas que, coma quedano custo dos painéis e o encarecimento da conta de luz — porque o volume de subsídio cresce com a expansão do setor —, é hora de rever o modelo.

“Em todos os países que estudamos, o órgão regulador, como crescimento da geração distribuída, impôs cobrança pelo uso da rede”, diz o professor Nivalde de Castro, do Gesel (Grupo de Estudos do Setor Elétrico) da UFRJ.

Cerca de 40% da conta de luz do país refere-se à compra de eletricidade, diz Pires. O restante são encargos, impostos e uso de redes de transmissão e distribuição. É essa parcela que está em debate: quanto maior for o crescimento da GD, maior será a parcela dividida. “O modelo atual é tipo Robin Hood ao contrário, diz ele. “Está transferindo dinheiro do pobre para o rico, que é quem tem dinheiro para comprar painel solar.”

Em nota divulgada nesta terça, a Abradee (Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica) calcula que o subsídio cruzado chegará, em dois anos, a R\$ 2,5 bilhões, concedidos a pouco mais de 600 mil beneficiados.

“Para ter uma ideia, o valor será maior do que o desconto na tarifa social para a baixa renda, que reúne 9 milhões de pessoas”, diz o texto.

Defensora da manutenção do modelo, a Absolar (Associação Brasileira da Energia Solar Fotovoltaica) avaliou o pagamento da transmissão.

Guilherme Susterás, coordenador do grupo técnico da entidade, diz que autoprodutor deveria pagar, sim, mas entre 10% e 15% da tarifa, e não 60%, “como quer a Aneel”. “É justo pagar até 15% quando o mercado chegar a um nível de maturidade, calculamos que em dez anos. É quando o mercado vai atingir esse custo. Defendemos que existe um valor justo para o uso da rede e um momento adequado.”

Ele alega ainda que os condomínios de geração distribuída já pagam tarifas à distribuidora. “Os condomínios solares pagam a tarifa de distribuição, que é muito cara.”

E admite: “Essa discussão de subsídio e taxação é jogo de palavras que poluíram o debate”, diz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: Governo do improviso

Brasília Jair Bolsonaro reforçou sua vocação para o improviso na inauguração deste segundo ano de governo. Da crise do Irã ao debate sobre a energia solar, o presidente mostrou que sua especialidade é mesmo criar confusão e tomar decisões sem base técnica ou cálculo de riscos.

Bastou uma conversa de meia hora com um lobista para que o presidente passasse a atacar o plano de sua própria equipe econômica para reduzir subsídios na produção de energia solar. Bolsonaro ignorou dados do governo e passou três dias recitando apenas a cartilha repassada pelos empresários do setor.

Alguém poderia imaginar que o presidente havia sido acometido por um surto ambientalista na virada do ano, passando a advogar fervorosamente pela geração de energia limpa. Mas era só demagogia.

Bolsonaro desprezou os argumentos de que esses incentivos são pagos por todos os contribuintes e, em muitos casos, acabam beneficiando mais usuários ricos do que pobres. No fim, em vez de ouvir os conselheiros do governo, ameaçou demitir quem falar sobre o assunto.

Jogando para a plateia, o presidente também provou que não sabe o que fazer para amenizar pressões sobre os preços dos combustíveis. Bolsonaro lançou a ideia de reduzir impostos estaduais, mas nem sequer consultou os

governadores, que se recusam a abrir mão de receitas em tempos de cofres vazios.

O time do presidente age como se fosse possível governar por tentativa e erro. O Itamaraty contratou um incômodo desnecessário com o Irã ao demonstrar toda a sua subserviência aos EUA no duelo entre os dois países. O tom da chancelaria brasileira irritou alguns militares, preocupados com os efeitos sobre o comércio exterior e a segurança nacional.

A balbúrdia é o produto de um governo que não mede as consequências de seus atos e declarações. Bolsonaro pode tentar mascarar essa incompetência com tinturas ideológicas ou apelos populistas, mas o presidente não é mais um novato. A bagunça cobrará seu preço.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, DANIEL GULLINO, JUSSARA SOARES, RAMONA ORDONEZ E STEPHANIE TONDO

Título: Bolsonaro pressiona, e Aneel deve desistir de taxar energia solar

BRASÍLIA- Após forte pressão do presidente Jair Bolsonaro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve abrir mão da proposta de reduzir incentivos para quem produz a própria eletricidade por meio de painéis solares. O assunto dividiu o governo e deixou em lados opostos o presidente e o Ministério da Economia. A agência reguladora quer que o assunto seja agora decidido pelo Congresso. Deputados já têm praticamente pronto um projeto de lei para tratar da geração distribuída, quando uma residência ou comércio gera sua própria eletricidade.

O assunto é polêmico. Empresas ligadas ao setor de energia solar avaliam que haverá um desincentivo à instalação de painéis e que isso inibirá o crescimento de uma fonte de energia limpa em um momento de retomada da atividade econômica, com impacto não só sobre o setor como no meio ambiente. Os defensores da taxa argumentam que o benefício era temporário e que o custo hoje recai sobre o restante da população, inclusive o segmento mais pobre.

A pressão do presidente sobre a Aneel gerou desconforto em uma ala da agência que, por lei, é independente. A diretoria do órgão é composta por cinco integrantes, todos indicados pelo presidente da República e com mandatos de quatro anos. Para parte da Aneel, a agência deveria seguir com as discussões, mesmo que depois a medida fosse alterada pelo Congresso.

— Eu que estava pagando o pato, então decidi, ninguém mais conversa. Quem conversar, eu demito. Cartão vermelho. E decidi, acertando com Davi Alcolumbre, com Rodrigo Maia. Tanto é que a Aneel no dia de ontem (segunda-feira), pelo que estou sabendo, (decidiu que) não vai mais taxar. Não vai mais precisar nem de projeto da Câmara, pelo que ouvi ontem — disse Bolsonaro, pela manhã.

Após se reunir com Rodrigo Limp, diretor da Aneel e relator da proposta, à tarde, Bolsonaro reiterou que a taxaçoão está descartada: — Acertamos a questão de não taxar o sol. Sol, fique tranquilo, não serás taxado — disse o presidente apontando para o céu na chegada do Palácio da Alvorada.

Limp saiu sem falar com a imprensa. Oficialmente, a agência não confirma que deixará de discutir o assunto e diz que decisões desse tipo só podem ser tomadas pela sua diretoria colegiada. Mas o próprio órgão, em reuniões internas, já avaliava frear a discussão e deixar a decisão para os parlamentares, diante da polêmica.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, disse que não avançar na medida foi “posicionamento pessoal” de um diretor da Aneel: — Não vejo de forma alguma qualquer imposição do presidente junto à agência. Isso vai provocar discussão mais sadia.

Bolsonaro havia procurado os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e recebido apoio dos dois para derrubar eventual retirada de estímulos. O presidente ainda afirmou que a medida atenderia a um “grupo de lobistas”, sem especificar quem.

— Existia gente interessada em taxar, tá certo? Interessado em taxar. É o tempo todo taxando o povo. Temos que reagir a isso daí. Não existe negociação comigo para atender qualquer grupo de lobistas — afirmou.

O tema chegou ao presidente em outubro, durante viagem à China, por representantes de empresas que trabalham nesse setor. Mas a articulação para derrubar a proposta da Aneel ganhou força no último fim de semana, quando Bolsonaro conversou com Heber Galarce, diretor da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

— Agente falou com ele que, devido à estrutura do setor elétrico brasileiro, é difícil transformar em números todos o benefícios. O presidente entendeu a demanda e disse que iria nos ajudar — disse o presidente da ABGD, Carlos Evangelista.

— Ele sabe os limites que tem o órgão regulador. Não faz sentido um órgão regulador com cinco diretores decidir sozinho uma coisa que afeta tanto a sociedade.

O argumento contra a taxação é que a medida da Aneel poderia ter impacto social, com fim de empregos qualificados. Além disso, chegou ao presidente que a Aneel estaria sensível ao lobby de distribuidoras e de empresas tradicionais de geração de eletricidade. O setor do agronegócio e integrantes da bancada ruralista avisaram que são contra a proposta da Aneel. Críticas recebidas nas redes sociais pesaram na decisão de Bolsonaro.

A economista e advogada Elena Landau, ex-presidente do conselho da Eletrobras, considerou “desastrosa” a interferência de Bolsonaro na Aneel em relação ao subsídio à energia solar:

— É desastroso porque passa por cima da agência reguladora, que estava fazendo o trabalho dela, com consulta pública, audiência. É uma interferência política em um assunto passando por cima da agência, e com o apoio do Congresso Nacional, o que é pior. É um péssimo sinal, mais um elemento de insegurança jurídica.

O ex-diretor da Aneel Jerson Kelman avalia que o tema, técnico, deve ser discutido pelo órgão regulador: —A Aneel propõe eliminar o desconto na conta de luz que beneficia os “com placa” foto-voltaica. Essa aparente maldade se explica porque a Aneel também se preocupa com os “sem placa”, cujas contas de luz são oneradas. O incentivo à energia solar, que foi muito importante no início, talvez não seja mais necessário.

GANHO DE ESCALA

A energia solar corresponde a apenas 1,45% da capacidade de geração no país. Segundo Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar), qualquer mudança só deveria ser feita quando o setor tivesse participação maior:

— Na Califórnia, só passaram a taxar a energia solar quando essa fonte chegou a uma participação de 5% no mercado consumidor.

Nos últimos anos, porém, o setor ganhou escala. Para uma residência de quatro a cinco pessoas, o custo de instalação fica entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil, com retorno de investimento em três a sete anos. A proposta da Aneel previa regra de transição. Quem já tem o sistema instalado ou pedir autorização para instalar até a publicação da nova regra ficaria dentro das regras atuais até dezembro de 2030.

Entenda o que está em discussão

> O que a Aneel propõe

A agência propõe subsídio menor para quem gera a própria energia, no modelo de geração distribuída. Nele, o consumidor passa a produzir energia em casa ou no trabalho. Ela pode ser consumida imediatamente ou transmitida para a rede distribuidora, que funciona como uma bateria. Com a mudança, o consumidor passaria a pagar pelo uso da rede e pelos encargos na conta de luz. A cobrança seria feita em cima da energia que receber de volta da distribuidora, não sobre o que é consumido imediatamente.

> Regra em vigor

Há incentivos como a isenção do pagamento de tarifas pelo uso do sistema elétrico. A tarifa de energia é composta por vários fatores. Entre eles, estão os custos da compra de energia, de transmissão de eletricidade, além de encargos setoriais. Esses valores são pagos por quem não tem geração distribuída.

> Incentivo vem desde 2012

A autorização para gerar a própria energia foi dada em 2012. Em 2015, foi previsto que a norma passaria por revisão em 2019.

> Comércio tem maior potência

Casas, comércios, indústria e o próprio poder público podem usar o sistema. Em número de instalações, 72% são em residências, e 18%, no comércio. No entanto, em termos de potência, o comércio tem a maior capacidade instalada (40%), seguido das residências (36%).

> Fazendas solares

A proposta muda regras para fazendas solares, nas quais consumidores se reúnem em uma espécie de condomínio, gerando energia fora de seus prédios e usando a rede da distribuidora para transportar a energia. O benefício é usado por bancos e supermercados. Segundo a Aneel, o problema é que não há pagamento pelo uso da rede.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO GOES

Título: Projeto de lei estende taxa zero por até três anos para novo consumidor

BRASÍLIA- O deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) vai apresentar até sexta-feira um projeto de lei estendendo por dois ou três anos a isenção de taxa de energia para quem decidir instalar painéis solares. Após conversa com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ambos concordaram em acelerar a tramitação do texto, que deve ser analisado na primeira semana de fevereiro.

A ideia é que, após este período de dois ou três anos, o novo residente que gera energia solar seja obrigado a pagar uma taxa de distribuição de energia elétrica. O valor do encargo aumentará gradualmente em um período de dez anos, até chegar a 27%.

A nova legislação não afetará quem já possui esse tipo de geração de energia e ganhou o direito de isenção até 2030.

— Qualquer assunto desse tipo só pode ser tratado por lei. Então, dentro de um entendimento do Palácio do Planalto, Aneel e Congresso, não há como fugir de uma lei — disse Lafayette.

Ele afirmou que a tarifa zero atual é importante para baratear a energia gerada no país. E diz que é preciso “desfazer a narrativa” de que a política é subsídio: — A energia solar dos painéis, de acordo com os dados oficiais da Aneel, ajuda a baratear o custo total de energia produzida no país. Em novembro de 2019, foram produzidos 188 gigawatts com esses painéis. Esses 188 gigawatts foram economizados nas produções em termelétricas, que são 20 vezes mais caras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Já se sabe que é um erro subsidiar combustíveis

Brasília se depara com outra forte alta do petróleo, mas a experiência mostra o caminho a seguir

Devido à importância que o petróleo tem na matriz energética do mundo, variações bruscas de seus preços se propagam como abalo sísmico nos sistemas produtivos. Logo, na vida das pessoas. Durante muito tempo grande importador de petróleo, o Brasil passou por várias dessas situações.

Mesmo agora, quando exporta parte da produção, não pode ficar livre delas. Porém, com a enorme vantagem de que não corre riscos como no passado de crises sérias de abastecimento.

Estratégicos, os combustíveis são tratados com especial cuidado pelos políticos, sem que haja nada de mau nisso. Só há quando seus preços passam a ser

administrados de forma populista. Há inúmeros exemplos deste erro na história do Brasil. Na ditadura militar, por exemplo, havia subsídios nada transparentes cujo valor efetivo não era divulgado. Sabia-se apenas que os rombos eram despachados para o Tesouro. E a inflação ajudava a disfarçar tudo.

Agora, com a crise provocada pela decisão do presidente Trump de ordenar o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani, o preço do barril chegou aos US\$ 70. Já vinha em elevação devido à deterioração do panorama geopolítico no Oriente Médio. Mais uma vez, o governo brasileiro precisa administrar o impacto da alta.

O discurso do presidente Bolsonaro tem sido de que não haverá retenção artificial de preços, coerente com o pensamento do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. É tranquilizador.

Perigosas são as pressões políticas que costumam surgir nessa hora e que podem sensibilizar Bolsonaro, autodenominado ignorante em economia. Ele já demonstrou excessiva sensibilidade a demandas irrealistas da corporação de caminhoneiros, de sua base eleitoral. Que se sentiu autoconfiante ao fazer greve no final do governo Temer, o qual cedeu na reivindicação de tabelar fretes, algo impossível em um mercado com milhares de agentes econômicos. O assunto está pendente no Supremo. Podem tentar outra vez, a depender da firmeza do imprevisível Bolsonaro.

Há fórmulas técnicas de atenuação do impacto das variações de preços do petróleo nas bombas dos postos de combustíveis. **O ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima**, tem dado declarações sobre um fundo a ser formado na fase de aumento da arrecadação, na alta das cotações, que compensaria os efeitos de grandes elevações nos preços. A proposta não é nova. Vem do governo Temer, falta executar.

Diante de choques como este é um erro o Estado intervir no mercado como se pudesse domá-lo. É preciso manter o Tesouro fora deste circuito. Congelamentos de combustíveis já criaram rombos bilionários na estatal.

Há, ainda, a questão de que a Petrobras deseja, acertadamente, privatizar refinarias, também para injetar concorrência neste mercado. A qualquer risco de intervenção no setor, os investidores se retrairão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/01/2020****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Os combustíveis e suas verdades**

Os preços do petróleo voltaram a subir ontem à noite após o ataque de mísseis a uma base americana no Iraque. Isso aumenta a pressão dentro do governo brasileiro para se encontrar uma solução mágica para o preço dos combustíveis. Toda vez que as cotações ficam voláteis o governo ensaia a mesma discussão, ade reduzir impostos, interferir nos preços, ou criar um colchão de amortecimento. Foi assim na ameaça de uma greve dos caminhoneiros, e depois no atentado às refinarias da Arábia Saudita, e agora na crise do Irã. Se quer alguma solução, ela tem que ser pensada quando não há crise.

Durante a campanha, o então candidato Bolsonaro era sempre perguntado sobre o que faria com os preços dos combustíveis. Isso porque a fórmula criada no governo Temer para conter a crise da greve dos caminhoneiros terminaria no dia 31 de dezembro de 2018. Bolsonaro sempre saía pela tangente ou divulgava um factóide. Na Globonews, ele chegou a sair da pergunta afirmando que privatizaria a Petrobras. O desconforto vinha do fato de que ele precisava caber na forma de um programa liberal na economia, no qual ele nunca acreditou.

Agora, com 372 dias no cargo, Bolsonaro ainda está prisioneiro do mesmo dilema entre o seu natural intervencionismo e o proclamado liberalismo de seu governo. Ele oscila entre a sua intenção de conter a alta, e a explicação da equipe econômica de que segurar preços de combustíveis não é liberal, além de prejudicar todo o projeto de privatizar as refinarias. Para piorar, ouve que foi exatamente o que a ex-presidente Dilma fez. Esse é o argumento que incomoda o presidente.

A primeira hora da verdade foi em abril, quando os preços dos combustíveis foram corrigidos em 5,7%. Ele ligou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e mandou suspender o reajuste. A Petrobras recuou. Isso deu uma grande confusão. O vice-presidente, Hamilton Mourão, teve de ir à imprensa para dizer que não faria a mesma política de Dilma. Bolsonaro garantiu: “não vou ser intervencionista”. Já estava sendo. A notícia bateu na ação da Petrobras. Ela caiu 8% num único pregão.

No dia 14 de setembro os preços do petróleo dispararam 10% no mercado internacional após o atentado, atribuído ao Irã, contra as refinarias da Arábia Saudita. Novo desconforto. Agora, com o atentado americano em que morreu o general Qassem Soleimani, a conversa voltou.

O presidente faz reunião e mais reunião e não chega a um resultado. Disse que pedirá aos estados que reduzam o ICMS. É um absurdo enorme. Imagina os estados que têm rombos em suas contas, atrasam salário de funcionário, e não conseguem garantir bom atendimento de educação e saúde à população, gastando dinheiro para subsidiar combustível fóssil.

Na última reunião sobre o assunto, o governo falou em criar um colchão de amortecimento para suavizar a volatilidade dos preços dos combustíveis. Isso foi criado pelo governo Fernando Henrique. Era a Cide. Com o significativo nome de Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico, ela tinha o objetivo inicial de fazer um colchão, que arrecadaria quando os preços estivessem baixos, e a alíquota caíria quando os preços tivessem que subir.

No governo Dilma, a Cide foi zerada, mas não foi suficiente. A conta acabou paga pela Petrobras, que carregou o custo de um congelamento dos preços de derivados de petróleo. Na greve dos caminhoneiros, de novo a Cide foi zerada, e outros impostos foram reduzidos. Essa foi a fórmula que vigorou até o fim do governo Temer. Era uma solução temporária.

Se não quiser ficar entre seu impulso intervencionista e a pressão da equipe econômica, Bolsonaro precisa encontrar uma fórmula antes da crise, para ser aplicada durante a crise.

De qualquer maneira, a esta altura das emergências climáticas do planeta, o ideal sempre será não subsidiar combustível fóssil. A equipe econômica está tão incomodada com o estímulo à energia solar, mas não se preocupa com o subsídio de R\$ 1 bilhão pago todo ano pelo Tesouro para a energia do carvão. Agora ela não está preocupada com o possível subsídio ao diesel e à gasolina, o que ela teme é não ter compradores para as refinarias.

O preço interno é a soma do custo do petróleo mais a cotação do dólar. O câmbio estacionou em um outro patamar, ainda que oscile. Por isso, qualquer aumento do petróleo, se não for repassado, vira prejuízo da Petrobras. Essa é a raiz do dilema.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: Daniel Gullino e Manoel Ventura

Título: Presidente defende cobrança de ICMS na refinaria

BRASÍLIA- O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a cobrança do ICMS nas refinarias e a venda direta de etanol para postos de gasolina como forma de

reduzir o preço de combustíveis. Bolsonaro ressaltou, contudo, que as duas propostas precisam passar pelo Congresso, onde admite que há resistências.

Para o presidente, donos de postos são prejudicados quando querem vender o combustível a um preço menor, e acabam obrigados a aumentá-lo, pois o ICMS incide sobre o valor médio na bomba, e não na refinaria. Ele admite que, para apoiar essa mudança, governadores exigiriam compensações.

— A questão do ICMS não incide em cima do preço da refinaria, mas em cima do preço médio na bomba. Aquele que está praticando um preço um pouco abaixo se vê prejudicado, aí, aumenta. O aumento de combustível é uma coisa automática da forma que está sendo feita. Alguns falam: “Conversa com os governadores”. A maioria deles está quebrada.

Se for conversar, (perguntariam): “Topo, presidente, mas qual a compensação?” Bolsonaro reclamou que a culpa dos preços altos acaba sendo atribuída ao governo federal e defendeu projeto da Câmara que permite aos produtores de etanol vender o combustível diretamente aos postos de gasolina. Segundo ele, essa proposta poderia reduzir em 20 centavos o preço do litro do álcool.

O governo continua estudando medidas para atenuar os efeitos de eventuais altas dos combustíveis, mas uma decisão concreta só deve ser anunciada em fevereiro, quando o Congresso retoma os trabalhos. Está em estudo, por exemplo, a criação de um fundo de compensação. Até fevereiro, um comitê do **Ministério de Minas e Energia** continua acompanhando diariamente as oscilações do petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2020

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO

Título: ‘Se pudesse privatizar hoje, privatizaria’5 diz Bolsonaro sobre Correios

Presidente ressaltou, porém, que não pode prejudicar os servidores e que precisa da autorização do Congresso

BRASÍLIA- O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que, se pudesse, privatizada imediatamente os Correios, ao ser questionado se pretende vender a estatal até o fim do ano. Mas ressaltou que há dificuldades e que não pode prejudicar os servidores. Os Correios foram incluídos em outubro passado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que reúne as privatizações e concessões do governo federal.

— Agente pretende (privatizar ainda em 2020). Se pudesse privatizar hoje, privatizaria, mas não posso prejudicar o servidor dos Correios — disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada.

Bolsonaro destacou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada no ano passado, de que “empresas-mães” precisam de autorização do Congresso Nacional para serem vendidas e disse que privatizações “não são fáceis”.

Em junho, a Corte decidiu que a privatização de subsidiárias de estatais pode ocorrer sem a necessidade de autorização prévia do Congresso e também sem licitação. Os juízes declararam ser preciso lei específica apenas para a venda das “empresas-mães”, como a Petrobras, os Correios e os bancos públicos.

— Vocês sabem, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as empresas-mães, a privatização tem que passar pelo Parlamento. Você mexe nessas privatizações com centenas, milhares, dezenas de milhares de servidores. É um passivo grande, você tem que buscar solução para tudo isso, não pode jogar os caras para cima, eles têm que ter as suas garantias. Você tem que ter um comprador para aquilo. É devagar, você tem o TCU (Tribunal de Contas da União) com lupa em cima de você. Não são fáceis as privatizações. Não são fáceis — comentou o presidente.

A estatal tem monopólio dos serviços postais e do correio aéreo nacional (serviço postal militar) totalmente assegurado pela Constituição. Isso precisa ser revertido para a venda total da empresa. O presidente ainda disse que as privatizações estão em “boas mãos”, referindo-se ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao Secretário de Desestatização, Salim Mattar: — Não é fácil resolver essas questões. Estão em boas mãos, do Salim Mattar, do Paulo Guedes. (Vamos) Buscar solução para isso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/01/2020

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa

Título: "Taxa do sol": demissão sumária

O presidente Jair Bolsonaro mantém a posição contrária à taxa da energia solar no país. Ele garantiu que a produção desse tipo de energia não será tarifada quando utilizada na produção e consumo próprios, mas sinalizou que a aplicação de uma taxa poderá ocorrer se for vendida. O consumidor, então, poderá pagar um custo de “frete” para o transporte da carga gerada por fazendas solares até sua casa.

A meta do governo é selar um acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para não ser necessário o Congresso aprovar matéria proibindo a tarifação. “Quem conversar (sobre taxação de energia solar), eu demito, cartão vermelho. E decidi acertando com o (presidente do Senado) Davi Alcolumbre, (o presidente da Câmara) Rodrigo Maia. Tanto é que a Aneel, no dia de ontem (segunda-feira), pelo que estou sabendo, não vai mais taxar. Não vai precisar nem mais projeto da Câmara, pelo que eu ouvi”, destacou.

Por ser a agência reguladora, a Aneel tem competência, por meio de resolução, de pôr fim à discussão. A ideia de taxar o frete, contudo, não está vedada. “Quem quer produzir energia no seu negócio etc, não tem taxação. Agora, se ele quiser vender energia, você vai ter que transportá-la. E, hoje em dia, é meio físico”, frisou. “O meio físico a ser utilizado, ele vai negociar com empresa particular, ou não, quanto vai se cobrar, o percentual daquilo que ele produzia. É outro negócio. Agora, quem quer fazer seu negócio, vai fazê-lo sem a interferência do Estado”, garantiu.

O Estado, avaliou o presidente, “já enche o saco demais” de quem produz no Brasil. “Ninguém mais aguenta a interferência do Estado, que, lamentavelmente, não dá contraprestação do serviço em função do que cobra”, ressaltou. Ele destacou, contudo, que o governo não pode deixar de honrar contratos e mudar, agora, o que foi firmado anteriormente. “Não posso romper contratos e dar um chute e ‘eu sou ditador’. Isso não existe. Tanto que sempre conversei com chefes de poderes para buscar solução.”

A ideia de taxar o “frete”, embora controverso, não tem associação com lobbys, frisou o presidente. “A questão da taxação de energia solar, existia gente interessada em taxar. É o tempo todo taxando o povo. O povo está com cara de tacho já de tanto ser taxado no Brasil. Temos de reagir a isso daí. Não existe negociação comigo para atender qualquer grupo de lobista”, sustentou.

MME / ASCOM .